

GE
4

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) - Concedo a palavra ao
próximo orador inscrito no Grande Expediente, o nobre Deputado Arlindo Chinaglia,
do PT de São Paulo. S. Exa. dispõe de 25 minutos, nos termos regimentais, para o
seu pronunciamento.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, Deputado Adylson Motta, Srs. Deputados e demais presentes nesta
Casa, pretendia fazer um pronunciamento abordando exclusivamente o tema da
Previdência Social e da reforma constitucional. Entretanto, o assassinato em massa
ocorrido há dois dias no Pará exige de nós atitudes imediatas.

Vergonha e indignação é o que sentimos. O assassinato de 19,
23, 25 ou de quantas dezenas forem de trabalhadores que pacificamente
protestavam para ter as suas reivindicações atendidas pelo Governo mostra que o
nosso País está doente.

E agora não se trata apenas de identificar aqueles que puxaram
o gatilho. É necessário esclarecer quem deu as ordens. E é necessário ir mais
fundo. É preciso apurar a responsabilidade do INCRA, do Presidente da República,
do Governador do Estado, do Ministro da Justiça e do Ministro da Agricultura, até
porque as autoridades,

(S/Nelci)

Obs: aparte do
Dep. Marcelo Dêda
nas páginas 5, 6 e 7

que têm a obrigação de apurar, têm o dever de punir, e, mais do que isso, de evitar a repetição desses fatos.

O País inteiro sabe que a reforma agrária é uma necessidade para o campo e para a cidade. Vai gerar empregos, vai produzir alimentos para aplacar a fome de milhões de famintos, vai evitar o êxodo rural e o conseqüente inchaço e concentração urbana. E o êxodo rural tem destino certo: são as favelas das grandes e até das pequenas cidades. E quem tem a maior responsabilidade nessa chacina e nas que a antecederam são aqueles que resistem em fazer justiça em nosso País.

Aproveito este momento para cumprimentar o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sepúlveda Pertence, que neste momento grave, em nota oficial, afirmou: "É preciso surgir desta vergonha a esperança e dar verdadeira prioridade à reforma agrária". E fazer justiça no campo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é fazer a reforma agrária, dar financiamentos, dar incentivos, dar assistência técnica, praticar o preço mínimo, enfim, sair do discurso para a prática.

Dissemos que o Brasil está doente. E está. Quando a violência é praticada pela polícia - que deveria proteger os cidadãos - é porque a sociedade está podre, é porque não se respeitam as regras básicas da convivência civilizada.

s/Ângela

É a barbárie. Não é possível assistirmos a chacinas, uma após outra, no campo e na cidade, e dizermos que tudo está bem. O Brasil não se resume na estabilidade da moeda. O povo necessita de emprego, de comida, de moradia, de assistência à saúde e de escolas. É insuportável a violência, e quando as autoridades falham, quando a polícia comete assassinatos, o desespero e a revolta tomam conta dos espíritos.

A Câmara Federal também tem responsabilidade nesse processo. Graças à maioria governista, engana-se a Nação com as reformas constitucionais. Vou exemplificar com a PEC nº 33, da reforma da Previdência. O Governo diz que quer acabar com os privilégios. Entretanto, orienta toda a reforma para favorecer e privilegiar as seguradoras privadas. Sabendo que a metade da população economicamente ativa do País não tem carteira assinada nem qualquer vínculo formal de trabalho, o Governo quer aprovar, abrupta e integralmente, a transformação da aposentadoria por tempo de serviço em tempo de contribuição.

O Ministro Reinhold Stephanes, em nome do Governo, anuncia a falência financeira da Previdência. Mas, ao mesmo tempo, capitaneou, em novembro de 1995, a anistia aos devedores e fraudadores da Previdência Social, num valor calculado em 7 bilhões de reais.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Lindberg Farias.

C-579

O SR. LINDBERG FARIAS - Nobre Deputado Arlindo Chinaglia,
a explanação de V.Exa. é muito pertinente ao momento que vivemos. O Governo,

|

S/Kátia

na dita reforma constitucional, privilegia o grande empresário, o banqueiro, como no caso do PROER. Agora, o Governo Federal não pode isentar-se de culpa nesse conflito do sul do Pará. São vozes e mais vozes neste País clamando pela reforma agrária, mas o Governo, ao invés de priorizar essa importante reforma para o nosso País, prioriza as reformas antipopulares e antidemocráticas. V.Exa. está de parabéns. O Governo não pode eximir-se de responsabilidades nesse caso. Creio, inclusive, que é em função dessa situação de abandono social em que vive o País que estão contidos os elementos geradores desse conflito. Se o Governo não fizer uma reforma agrária com a maior rapidez possível, outros conflitos, sem dúvida alguma, poderão surgir novamente. Parabéns, nobre Deputado.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Agradeço ao nobre Deputado Lindberg Farias o aparte que muito nos honra, sabedores que todos somos de seu papel na liderança do **impeachment** do ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Ouçó, com prazer, meu companheiro, o nobre Deputado Marcelo Deda.

O SR. MARCELO DEDA - Deputado Arlindo Chinaglia, ouçó com atenção o discurso de V.Exa. e ousó interrompê-lo para que possa também contribuir com a análise que hoje faz V.Exa. nesta Casa. Este País está-se transformando no país dos massacres, surgindo na mídia mundial como um produtor de cadáveres. E este País não tem uma guerra declarada, não está vivendo uma situação oficial de guerra, muito embora a guerra social tenha

assumido proporções tão extremas que, parafraseando aquela velha canção de Caetano Veloso, quando não se morre de bala, morre-se de susto, de fome, de desprezo e de desespero. A tragédia ocorrida no Estado do Pará deve, de uma vez por todas, servir para alguma coisa. Não é possível que tantos cadáveres, tantas mortes, tanto sangue jorre neste País impunemente por causa da trágica situação que vive o homem do campo, que se perpetua secularmente. É um sangue jorrado pela irresponsabilidade das autoridades federais e estaduais, que não demonstram interesse político em resolver o problema; é um sangue jorrado pelo papel terrível, dramático e trágico que as polícias militares assumiram neste País. Não são mais polícias, pois agem como se fossem grupos de jagunços a serviço de interesses restritos da sociedade. As cenas que o Brasil testemunhou da ação da Polícia Militar do Estado do Pará devem servir para mostrar que nessa guerra não declarada quem está armado é o Estado e quem está desarmado, morrendo, sendo sufocado em rios de sangue, é o povo trabalhador, especialmente os trabalhadores rurais sem terra. Comenta V.Exa. a diferença de tratamento dado às reformas que o Governo Fernando Henrique patrocinou nesta Casa. Não posso deixar de trazer ao conhecimento de V.Exa. e da Casa um artigo que o ex-Ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, fez publicar hoje no jornal "Correio Braziliense". No primeiro parágrafo, refere-se ao pesar e à tristeza pelo ocorrido e, em seguida, à morte de policiais e de sem-terras no Pará. No resto do artigo, tenta de forma

C-581-A
#

incidiosa colocar a culpa pelas mortes e pela tragédia naqueles que foram vítimas da mesma.

É inaceitável esse tipo de comportamento, como é também inadmissível que, diante da tragédia que choca o Brasil e o mundo, a imprensa anuncie hoje que a ocupação do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária será objeto de negociação entre o Governo e sua base parlamentar. Esse é um tipo de cinismo que este País e o mundo não suportam mais. Morre-se no Pará e no Brasil inteiro por causa da estrutura agrária. E o Ministério, um órgão de governo, que deveria existir para resolver o problema, é transformado em mercadoria no balcão de escambo em que Fernando Henrique está transformando a política brasileira. Gostaria de concluir, cumprimentando V.Exa. pela oportunidade do seu pronunciamento, dizendo que bastaria que o Presidente Fernando Henrique Cardoso aplicasse na reforma agrária 1% do esforço que aplicou para ver aprovadas aqui, embaixo das esteiras do seu rolo compressor, as reformas da ordem econômica e da Previdência Social para que, de uma vez por todas, tivéssemos paz no campo. Mas a paz da Justiça, e não a paz dos cemitérios que S.Exa. está implantando. Muito obrigado.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Agradeço ao prezado Deputado Marcelo Deda pelo brilhante aparte e, com sua permissão, incorporo-o ao meu discurso. Lembrando a imagem que V.Exa. usou, na verdade, o Brasil não está em guerra declarada, mas o corpos estão aí para quem quiser ver. E o Ministro da Agricultura - aliás, ex-Ministro da Agricultura - homem acostumado com a moeda, que ocupou o Ministério da Agricultura porque também financiou a campanha do

Presidente Fernando Henrique Cardoso, agora faz-lhe um serviço com a sua incompetência habitual. Acha S.Exa. que responsabilizando os pobres, na verdade, está defendendo o Governo. Isso mostra a sua falta

de dimensão ética, sua falta de estofa para o cargo que ocupa. Esperamos que o próximo Ministro da Agricultura não seja um banqueiro, mas alguém que, pelo menos, entenda da área. Deve ser alguém, como disse V.Exa, que não seja apenas moeda de troca para se aprovar nesta Casa a reforma da Previdência.

Aliás, houve um Deputado da base governista que, num lance de sinceridade, confessou: "O Governo não está tendo sequer a ética da malandragem". Esse Deputado afirmou pela imprensa: "Eu sei que neguei fogo na hora 'h', me violei por dentro e o Governo não cumpriu sua parte." Na verdade - e vamos abordar esse assunto ainda - a reforma da Previdência tem sido, por um lado, uma enganação da opinião pública e, por outro, um balcão de negócios, a exemplo do que foram outras reformas.

Como dizíamos, o povo brasileiro não pode viver somente da estabilidade da moeda. Ele precisa de emprego, de moradia, e a maioria não sabe quão profundas e danosas são as medidas propostas na reforma da Previdência.

A tramitação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados só foi interrompida por decisão do Supremo Tribunal Federal. O Ministro Marco Aurélio Mello concedeu a liminar porque é público e notório que a emenda aglutinativa foi elaborada pelo Deputado Michel Temer, do PMDB de São Paulo. E, para que se faça justiça, registro que Deputados do próprio PMDB não concordaram com aquela farsa.

s.Marina

C-585

Portanto, S.Exa. não poderia ter sido Relator. É claro e cristalino que a referida emenda é sobre matéria já votada e derrotada no plenário da Câmara dos Deputados. Portanto, feriu-se a Constituição ao ter sido votada novamente.

Dizer com argumento de ocasião, tentando fazer a suposta defesa do Poder Legislativo, que o Supremo Tribunal Federal não respeitou a independência dos Poderes é defender, na verdade, procedimentos arbitrários. Dessa forma, para servir ao Poder Executivo, atropelou-se o Regimento e, pior, feriu-se a Constituição brasileira.

Do Supremo Tribunal Federal não poderíamos esperar outra atitude. Ele é o guardião da Constituição em nosso País. Não se trata, portanto, de defender a ação de Deputados de situação ou de Oposição. Trata-se de defender o cidadão, a lei acima dos homens, a noção de um País que se quer democrático porque cumpre as regras que servem para todos. Ninguém está acima da lei. O que está em jogo, mais uma vez, é a democracia, é o Estado de direito, é saber se temos uma Constituição em vigor que valha para todos e, principalmente, para as autoridades, que a juraram e que lhe devem cumprimento.

s/Anna Augusta

Dessa forma, a Câmara Federal deve aplaudir o Supremo Tribunal Federal por essa decisão, e não contestá-lo. Se buscamos o aperfeiçoamento democrático - com certeza os Deputados o desejam -, temos de aprimorar nosso trabalho, traduzindo-o em atitudes corretas. Por que não instalar a CPI do SIVAM ou a dos bancos? Afinal, quem não deve não teme. Se alguém deve, não é a Câmara Federal, mas os que, por ação, omissão, benefício pessoal, grupal ou partidário, tomam atitudes incompatíveis com a moralidade pública.

Precisamos aprimorar nosso processo eleitoral. A propósito, menciono um companheiro do PT, Deputado Haroldo Sabóia. Após haver sido denunciada a fraude nas eleições do Maranhão - pelo menos parcialmente apurada - S.Exa. conseguiu, quase um ano e meio depois da data correta, tomar posse. S.Exa. é muito bem-vindo por suas qualidades e por ter sido legitimamente eleito. Porém, não fosse sua luta incansável ao lado de outros, do PT ou não, S.Exa. não estaria aqui e o povo do Maranhão seria, portanto, mais fraudado do que de costume.

s/ Carla

É verdade que algumas vezes a Câmara Federal cumpre o seu papel, e outras instituições, não. Aproveito este momento da vida nacional, que considero grave, para fazer uma cobrança ao Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro. Quero cobrar de S.Exa. atitudes compatíveis tanto com o Ministério Público quanto com todos os seus honrados membros. Ao tomar posse, S.Exa. anunciou que atuaria com isenção. Muito bem, é o seu papel. Entretanto, a nossa experiência de Deputado de Oposição - e temos dedicado boa parte de nosso tempo na fiscalização dos atos praticados pelo Governo - nos traz algumas decepções.

Vou citar alguns exemplos: no caso do SIVAM, a primeira instituição que acionamos foi a Procuradoria-Geral da República. É verdade que naquela época o Procurador-Geral da República não era o Dr. Geraldo Brindeiro. Entretanto, em fatos posteriores a essa primeira atitude, recorreremos mais uma vez a esse órgão, para que fosse apurada a influência do Palácio do Planalto, conforme denunciou a revista "ISTOE", ao divulgar a escuta telefônica ^{da} ~~da~~ Polícia Federal, envolvendo o Embaixador Júlio César. Sem pestanejar, o Dr. Geraldo Brindeiro alegou ser nula a prova e que nada poderia fazer. Mesmo se aceitássemos sua tese, S.Exa. deveria investigar, tomar depoimentos para obter novas e melhores provas, e não o fez.

s/Daniel.

Ainda com referência à Procuradoria-Geral da República, o jornal "O Estado de S. Paulo", em sua edição do dia 3 deste mês, trouxe uma matéria que me chamou a atenção. Ali está relatada a difícil situação jurídica do Senador da Situação Romero Jucá, listando-se uma série de situações em que S.Exa. está envolvido. É informado que S.Exa. já foi condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima por abuso de poder político e econômico. Então, se não aprimorarmos nosso processo eleitoral, não faremos democracia. O Procurador-Geral da República, ali citado, deveria dar o seu parecer para que o Tribunal Superior Eleitoral pudesse confirmar ou não a decisão do Tribunal Regional Eleitoral, e ainda não o fez.

A segunda referência nesse texto menciona que, em outro processo, o mesmo Senador foi denunciado pelo Ministério Público Federal por corrupção, formação de quadrilha e apropriação do dinheiro público quando, Presidente da FUNAI. O Supremo Tribunal Federal necessita do parecer da Procuradoria-Geral da República e a aguarda desde dezembro, o que, segundo a matéria, ainda não aconteceu.

Como V.Exas. podem verificar, são dois processos referentes a um Senador governista, e não se tomam atitudes.

Ouçó, com prazer, o Deputado Haroldo Sabóia.

s/Rosana

O SR. HAROLDO SABÓIA - Deputado Arlindo Chinaglia, quero dizer que são válidas as críticas que faz à Procuradoria-Geral da República, mas creio que a crítica maior poderíamos fazer a esta própria Casa, ao Congresso Nacional, que estremeceu a Nação ao votar uma anistia àqueles que se utilizaram acintosamente, vergonhosamente, das gráficas do Senado para fazer campanha política a fim de que se elessem Senadores da República. Esta Casa aprovou, no final da Legislatura passada, anistia àqueles que vergonhosamente utilizaram a gráfica do Senado - portanto, recursos públicos, instrumentos públicos - para fazer campanha eleitoral em seus Estados. A esse respeito existe uma ação de constitucionalidade impetrada pela Ordem dos Advogados do Brasil, que até hoje não foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal. Mas o que é pior, Deputado, é que, ao acabar de chegar a esta Casa, na semana passada, fui surpreendido com a aprovação, contra os votos apenas do PT, do projeto que institui ação rescisória no direito eleitoral, em caso de inelegibilidade, para beneficiar um Deputado - tão somente um Deputado - já condenado pela Justiça Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

s/Helena

Surpreende-me ainda mais - e V.Exa. tão bem falou sobre a questão da Previdência - que, no caso do pedido de recontagem de votos na Bahia, determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral, até hoje o Tribunal Regional daquele Estado não tenha julgado o processo, quando sabemos que o ex-Ministro da Previdência, Senador Waldir Pires, teve o seu mandato cassado pelos fraudadores da Bahia. Mas a fraude vai mais longe, está no dia-a-dia desta Casa, quando o próprio Presidente rasga o Regimento Interno, desrespeita o estatuto maior da Câmara dos Deputados. Parabenizo-o pelo brilhante pronunciamento e agradeço as referências que fez à nossa luta contra a fraude eleitoral no Estado do Maranhão.

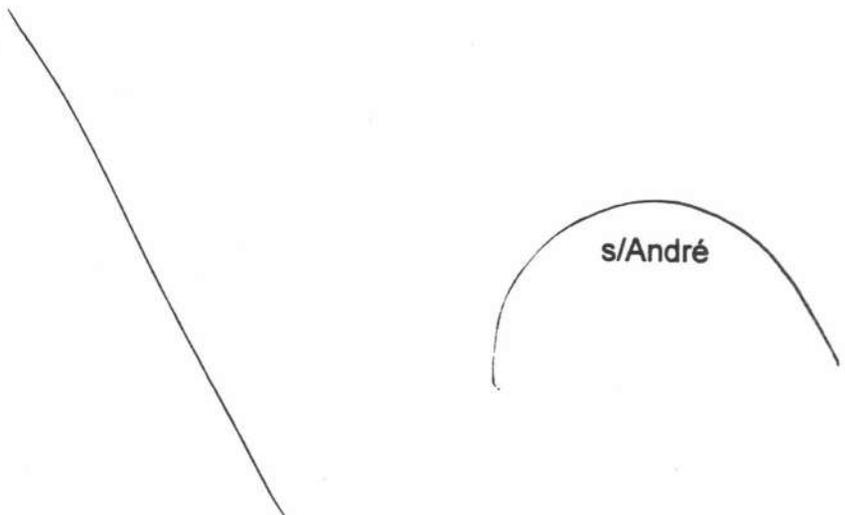
O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Agradeço ao prezado Deputado Haroldo Sabóia pelo aparte.

Analisava exatamente as instituições, começando pela Câmara Federal. Alertava que, às vezes, a Câmara cumpre o seu papel, e as outras instituições não, necessariamente. O que queremos é exatamente aprimorar as instituições.

Quando aplaudimos o pronunciamento do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, é porque S.Exa. está cumprindo um papel relevante neste momento da vida nacional, e quando cobramos da Procuradoria-Geral da República atitudes, é exatamente porque entendemos e valorizamos o papel relevante daquela instituição para o estado de direito, para a democracia em nosso País.

C. 591

Pelo tempo, não poderei explicar tudo aquilo que gostaria, mas acredito que o Dr. Geraldo Brindeiro, ao dar o parecer que o Supremo Tribunal Federal necessita com referência à reforma da Previdência, vai cumprir com a sua função.



s/André

Seria inimaginável que S.Exa. demorasse dois meses, como fez quando do parecer sobre a data-base do funcionalismo público.

Então, este Deputado pretende fazer requerimento tanto ao Supremo Tribunal Federal, quanto à Procuradoria-Geral, ao INCRA, ao Ministério da Agricultura e ao Ministério da Justiça, para saber quais são os processos em andamento, as datas de entrada e as atitudes que foram ou não tomadas, exatamente para que possamos dar o exemplo, a partir da Câmara dos Deputados, e fazer com que, desgraça após desgraça, as autoridades se animem, sensibilizem-se e não fiquem com punhos de renda, permitindo que a elite tenha uma vida imperial enquanto a grande massa de desassistidos vegeta na fome e na ignorância, sofrendo todo o tipo de violência. (Palmas.)

X

X

X